



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2018

No dia um do mês de março do ano dois mil e dezoito reuniu, a Câmara Municipal composta pelos Senhores: Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro, Vice-Presidente da Câmara, e Vereadores António Manuel Ramos Reis e Cláudia de Fátima Bettencourt Veiga da Cunha. Faltaram por motivo justificado, o Presidente da Câmara Manuel Avelar Cunha Santos e o Vereador António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço que foi substituído, ao abrigo do número 1 do artigo 78º e número 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, por Carlos Alberto Veiga Picanço.

Período antes da ordem do dia – Foram analisados o mapa do registo de ordens de pagamento e o relatório das obras municipais em curso. O Vereador António Reis perguntou se a Graciosa está representada na B.T.L. A Vice-Presidente informou que a Graciosa está representada, juntamente com outras ilhas dos Açores, no Pavilhão da ART e que o Senhor Presidente se deslocou a Lisboa para participar, levando produtos da Ilha. Na sequência do assunto discutido na última reunião da Assembleia Municipal, onde ficou implícito o pagamento no valor de 393,80€ relativos à deslocação e estadia dos Técnicos da RTP que vinham fazer a reportagem do Carnaval da Graciosa, o mesmo Vereador perguntou se, apesar dos referidos técnicos não terem chegado à Ilha Graciosa, foi pago aquele valor em deslocações e estadia. A Vice-Presidente informou que foi paga apenas a deslocação, no valor de 237,80€, considerando que os técnicos saíram de Ponta Delgada com destino à Graciosa, não tendo no entanto sido possível chegarem cá. O referido Vereador disse ter reparado que a obra de remoção dos tanques de combustível da Galp está a correr a bom ritmo e pediu esclarecimentos relativamente à mesma. A Vice-Presidente informou que foram retirados 4 tanques que serão levados pela GALP e que a obra foi acompanhada não só pelos Técnicos da Câmara Municipal, mas também por técnicos da GALP e do ISQ. Informou ainda que a Técnica do ISQ se deslocou a esta Ilha a pedido da Câmara Municipal para verificar se a descontaminação do local foi adequadamente feita e disse que a empreitada para requalificação daquela zona prevê a remoção de uma árvore, a colocação de pérgulas no local e a plantação de árvores e plantas, nomeadamente buganvílias. O Vereador António Reis fez referência a uma obra no Caminho da Feteira, iniciada há já vários meses, onde foi retirada uma parede de pedra e feito um desaterro que deixou um posto de eletricidade no meio e não foi feito mais nada. A Vice-Presidente informou que se trata de uma obra do Governo Regional pelo que a Câmara Municipal não tem conhecimento do processo, no entanto prontificou-se para pedir esclarecimentos à Secretaria responsável pela referida obra.





Handwritten signatures and initials in the top right corner.

-----Ordem do dia:

1 – Atribuição de Bolsa de Estudo – Considerando que a bolseira Rita Alves Silva desistiu do curso em que estava matriculada em dezembro de 2017, deixando por isso de ter direito à bolsa de estudo que lhe foi atribuída pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 9 de novembro de 2017, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior e em face da ata de seleção dos candidatos e respetivo mapa anexo, atribuir bolsa de estudo à estudante Micaela Maria da Silveira Oliveira, com efeitos a partir de janeiro do corrente ano.

2 – Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira de Técnico Superior (Jurista) – A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta do Senhor Presidente que a seguir se transcreve: “Considerando ser da competência própria da Câmara Municipal a autorização de abertura de procedimentos concursais com vista à celebração de uma relação pública de emprego; Considerando que no mapa de pessoal com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, do Município existe um posto de trabalho vago na Divisão Administrativa e Financeira; Considerando que a despesa que se prevê assumir com o presente procedimento tem cabimento de verba; Tendo em vista o preenchimento do referido posto de trabalho, proponho que a Câmara Municipal, nos termos da competência atribuída pelo artigo 33.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2015, de 20 de junho, delibere a abertura de procedimento concursal comum para contratação, por tempo indeterminado, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, de um Técnico Superior para exercer funções de Jurista, nomeadamente: realizar estudos e outros trabalhos de natureza jurídica conducentes à definição e concretização das políticas do município; elaborar pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas e regulamentos internos; recolher, tratar e difundir legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária ao serviço em que está integrado; pode ser incumbido de coordenar e superintender na atividade de outros profissionais e, bem assim, de acompanhar processos judiciais.”





[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

3 – Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira de Técnico Superior (Engenharia do Ambiente) – A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta do Senhor Presidente que a seguir se transcreve: “Considerando ser da competência própria da Câmara Municipal a autorização de abertura de procedimentos concursais com vista à celebração de uma relação pública de emprego; Considerando que no mapa de pessoal com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, do Município existe um posto de trabalho vago na Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos, Águas e Saneamento; Considerando que a despesa que se prevê assumir com o presente procedimento tem cabimento de verba; Tendo em vista o preenchimento do referido posto de trabalho, proponho que a Câmara Municipal, nos termos da competência atribuída pelo artigo 33.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2015, de 20 de junho, delibere a abertura de procedimento concursal comum para contratação, por tempo indeterminado, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, de um Técnico Superior para exercer funções de Engenharia do Ambiente, nomeadamente: atuar nas áreas da avaliação ambiental, gestão ambiental, abastecimento e tratamento de água, drenagem e tratamento de águas pluviais e residuais, gestão de resíduos, gestão de ecossistemas, gestão de recursos hídricos, clima e qualidade do ar, acústica e vibrações, plano e ordenamento do território, energia, saúde ambiental e segurança e saúde no trabalho e gestão de solos e subsolos.”

4 – Comissão Organizadora da Romaria da Graciosa – Pedido de apoio – Em face do respetivo pedido e da proposta apresentada pelo Senhor Presidente, foi deliberado, por unanimidade, considerando a importância religiosa e cultural que se vai ampliando e consolidando na Ilha oferecer uma refeição aos membros da Romaria que se realiza nos próximos dias 10 e 11 do corrente mês.

Não havendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada após leitura, aprovação e assinatura desta ata.

A Vice-Presidente da Câmara,

[Handwritten signature of the Vice-President]

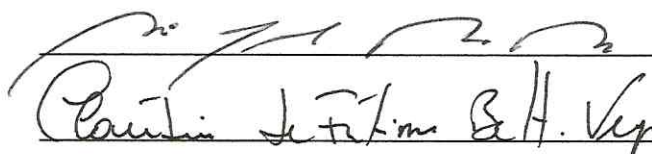




Câmara Municipal

Heul

Os Vereadores,


António de Fátima B. H. Viegas

Carlos Alberto de Sousa Pereira

A Técnica Superior,


Isabel Maria Soares



Município de Santa Cruz da Graciosa

Reserva da Biosfera

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telef: 295730040 | Fax: 295732300

www.cm-graciosa.pt

Nif: 512069760

